

LEI Nº 17.879, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018.

## **PUBLICADA**

Em 06 / 12 / 2018.

José Nilton de Medeiros

Secretário Municipal de Administração Portaria nº 011/2017-GP ALTERA O ANEXO DA LEI MUNICIPAL Nº 13.734, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1995, NO QUE SE REFERE AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ASSISTENTE SOCIAL.

A Câmara Municipal de Marabá, Estado do Pará, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

- **Art. 1º.** O Anexo da Lei Municipal nº 13.734, de 10 de fevereiro de 1995, no que se refere as atribuições do cargo de Assistente Social, passa a vigorar com a redação constante no Anexo I desta Lei.
  - Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Marabá, Estado do Pará, em 03 de dezembro de 2018.

Sebastião Miranda Filho Prefeito/Municipal de Marabá



LEI Nº 17.879, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018.

## ANEXO I

Grupo Ocupacional: NÍVEL SUPERIOR
SUB-GRUPO I - TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR
CÓDIGO: NS

Categoria Funcional: ASSISTENTE SOCIAL

## a) Síntese das atividades:

- encaminhar providências, e prestar orientação social aos indivíduos grupos e à população;
- orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
  - 3. planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- 4. realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgão da Administração pública e outras entidades;
- 5. realizar pesquisas, estudo socioeconômicos para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população que subsidiem a formulação do Plano de Assistência Social;
- coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de serviço social;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de serviço social;
- 8. coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de serviço social;



- formular executar os programas, projetos, benefícios e serviços próprios da Assistência Social, em órgãos da Administração Pública;
- 10. elaborar, executar e avaliar os planos municipais de Assistência Social, buscando interlocução com as diversas áreas e políticas públicas, com especial destaque para as políticas de Seguridade Social;
- 11. planejar e favorecer a participação dos usuários; inclusive realizando cadastro atualizado;
- 12. organizar os procedimentos e realizar atendimentos individuais e/ou coletivos nos CRAS e outras Unidades de Atendimento ao usuário;
  - 13. prestar Assessoria aos Conselhos;
- 14. acionar os sistemas de garantia de direitos, com vista a mediar seu acesso pelos usuários.